

Informações podem ser usadas na habilitação de linhas telefônicas, emissão de cartões de crédito e mesmo na contratação de um seguro

Matéria publicada no site de tecnologia Tecmundo trata do comércio ilegal de dados cadastrais pessoais de brasileiros pela internet. Por valores em torno de R\$100,00, é grande a oferta de venda de acesso a bancos de dados como o do Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Único de Saúde (CADSUS), Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Bolsa Família e Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE). Além disso, muitos dos cibercriminosos oferecem consultas a óbitos, quadros societários, números do Registro Nacional (RG), de filiação e até mesmo o Histórico de Consignações (HISCON) do aposentado ou pensionista do INSS.

Segundo a matéria, a maioria das empresas envolvidas no esquema são bureaux de crédito, também conhecidos como Serviços de Proteção ao Crédito (SPC) que, amparados pelo código 8291-1/00 na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), são autorizados por lei a coletar e armazenar em segurança dados cadastrais de qualquer cidadão brasileiro.

A norma, no entanto, não autoriza a comercialização dos dados para pessoas físicas e exige o cumprimento de uma série de regras para que a transação possa ser considerada legal.

Em entrevista à reportagem, o gerente de Inteligência Estatística da ClearSale (empresa especializada no desenvolvimento de soluções antifraude para o comércio eletrônico), Omar Jarouche, afirmou que "Além de um fortíssimo mercado de vendas de cartões de crédito, a comercialização ilegal de dados cadastrais pessoais também pode ser usada na habilitação de linhas telefônicas, na emissão de cartões de crédito e mesmo na contratação de um seguro".

É interessante observar que, mediante os fatos e depoimentos reunidos ao na reportagem, a maior parte das falhas de segurança parecem ser oriundas de engenharia social, e não necessariamente de aspectos técnicos relacionados à proteção empregada nesses databases. Corrupção de funcionários e quebra de contratos são os meios mais cabíveis pelos quais as informações sigilosas são vazando para mãos não autorizadas.

Além disso, afirma a matéria, a legislação nacional ainda não está evoluída o suficiente para tratar com propriedade casos tão graves de cibercrimes e as autoridades competentes ainda não atuam com a preocupação necessária que o problema demanda.

Para ler a íntegra da extensa reportagem, [clique aqui](#).

Fonte: [CNseg](#), em 01.06.2015.